





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





COMUNIDADE QUILOMBOLA VISTA ALEGRE: EXPANSÃO DA ÁREA DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA E AMEAÇAS DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO

QUILOMBOLA VISTA ALEGRE COMMUNITY: EXPANSION
OF THE ALCÂNTARA LAUNCH CENTER AREA AND THREATS
OF COMPULSORY DISPLACEMENT

Ilnar Fernandes Feitoza  

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior  

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil

RESUMO

A expansão econômica, mecanismo historicamente utilizado pelo capitalismo para sair de crises, pode atingir a comunidade quilombola Vista Alegre, localizada em Alcântara, Maranhão, que possui biodiversidade que garante segurança alimentar para suas famílias pela pesca artesanal e agricultura familiar. Desde o início da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), nos anos 1980, e, especialmente no governo Bolsonaro, que assinou com os EUA o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) para expansão e aluguel do CLA, seus moradores se encontram ameaçados de deslocamento compulsório. Por meio de trabalho de campo, o objetivo do artigo consiste em não só apresentar o resultado de entrevistas realizadas com 11 famílias em outubro de 2020, discutindo sua autossuficiência/dependência com relação ao mar e à terra, visto que 100% dos entrevistados têm excedente da produção para comercializar e 90,91% vendem pescados, como também levantar a situação de insegurança quanto à permanência da comunidade, além de contribuir com o debate sobre a disputa territorial entre quilombolas alcantarenses e o Estado brasileiro, apesar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconhecer 78,1 mil hectares como território quilombola através da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Palavras-chave: Estado brasileiro; comunidade quilombola; deslocamento compulsório; espoliação.

ABSTRACT

Economic expansion, a mechanism historically used by capitalism to escape crises, can reach the Vista Alegre quilombola community, located in Alcântara, Maranhão, which has biodiversity that guarantees food security for their families through artisanal fishing and family farming. Since the beginning of the implementation of the Alcântara Launch Center (CLA), in the 1980s, and, especially during the Bolsonaro government, which signed the Technological Safeguards Agreement (AST) with the USA for the expansion and rental of the CLA, its residents have found themselves threatened with compulsory displacement. Through fieldwork, the objective of the article is not only to present the results of interviews carried out with 11 families in October 2020, discussing their self-sufficiency/dependence on the sea and land, given that 100% of those interviewed have a surplus of production to be sold and 90.91% sell fish, as well as raising the situation of insecurity regarding the permanence of the community, in addition to contributing to the debate on the territorial dispute between quilombolas from Alcântara and the Brazilian State, despite the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) recognize 78.1 thousand hectares as quilombola territory through the publication of the Technical Identification and Delimitation Report (RTID).

Keywords: Brazilian state; quilombola community; compulsory displacement; spoliation.

1 INTRODUÇÃO

O município de Alcântara tem uma extensão territorial de 1.168,246 km² e população estimada, em 2022, de 18.467 pessoas, sendo 29,82% na área urbana e 70,72% no meio rural (IBGE, 2023). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2024), a fundação de Alcântara é de data incerta, mas há registros de que, desde 1612, havia ali um aglomerado de aldeias indígenas com o nome de Tapuitapera. Foi um importante centro agrícola e comercial, chegando a competir com a capital do Maranhão, São Luís, até meados do século XIX, quando as grandes fazendas escravagistas entraram em decadência econômica e as famílias que ficaram no território, em sua maioria afrodescendentes, passaram a trabalhar com agricultura comunitária, caça e pesca.

Em 12 de setembro de 1980, o Governo do Estado do Maranhão publicou o Decreto nº 7.820 (Maranhão, 1980), declarando uma área de 52.000 ha para fins de desapropriação e instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), também conhecido como Centro Espacial de Alcântara (CEA), Base Espacial de Alcântara ou, simplesmente, a Base. Em 1º de março de 1983, o Decreto Federal nº 88.136 (Brasil, 1983) criou, no Ministério da Aeronáutica, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para executar atividades de lançamentos de foguetes e satélites. Em 8 de agosto de 1991 (Brasil, 1991), o Governo Federal aumentou para 62.000 ha a área destinada ao CLA. Atualmente, o CLA ocupa uma área de aproximadamente 8.000 ha, incluindo instalações e zonas de segurança.

Para que a Base fosse implantada, 312 famílias, que formavam 21 comunidades quilombolas e fazem parte de um grande território étnico (Almeida, 2006), foram deslocadas compulsoriamente e sem as devidas indenizações para sete agrovilas, que são vilas residenciais com casas de alvenaria e algumas edificações de uso comunitário (escola, igreja, posto de saúde, casa de farinha). Essas agrovilas receberam moradores de diferentes povoados que tiveram seus modos de vida completamente desestruturados (Lopes, 2020; Andrade, 2014; Rocha, 2006; Souza Filho, 2013).

Segundo Almeida (1996), deslocamento compulsório diverge sobremaneira do que se entende por mudança, transferência de lugar. Trata-se de uma imposição irreversível dos mais fortes sobre os mais fracos. O autor define o termo como:

o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (Almeida, 1996, p. 30).

O deslocamento compulsório não deve ser confundido com uma mudança de lugar ou reassentamento de famílias, pois se trata de algo que impõe muito sofrimento psíquico e emocional, já que o atingido não escolheu mudar, não tem interesse, não demandou e, se pudesse, evitaria (Magalhães, 2007). Esse tipo de deslocamento implica em mudar de um local com modo de produzir estruturado, com inserção social e cultural, com história e memórias construídas por antepassados, inclusive cemitérios. Esse conceito aplica-se ao conflito territorial instalado em Alcântara, pois, para que o CLA fosse implantado, quilombolas tiveram que deixar suas casas, hortas, roças, cemitérios, quintais frutíferos e floridos, além de rápido e fácil acesso aos locais de pesca.

De acordo com o laudo antropológico publicado por Almeida (2006), Alcântara foi considerado, segundo padrões capitalistas da época, um município economicamente próspero até o final do século XIX, porém com economia baseada em atividades agrícolas realizadas a partir do esforço laboral de escravizados africanos e destinadas à produção para a exportação. A crise econômica que se deu pela queda internacional do preço do algodão e endividamentos dos donos das fazendas, provocou o abandono do município pelos grandes proprietários rurais e o aumento significativo dos quilombos já existentes. Com isso, houve a constituição de identificação do território alcantareense como terra de preto, terra de caboclo e terra de santo, terras de índio, terras da pobreza.

A comunidade Vista Alegre situa-se a cerca de 60 quilômetros da cidade de Alcântara, é formada por 44 famílias e possui aproximadamente 130 pessoas. A maioria delas é evangélica. A comunidade é caracterizada como terra de caboclo, por ser formada predominantemente por pessoas com a cor da pele mais clara. Segundo Almeida (2006), os denominados caboclos, hoje, se aproximam da categoria preto, embora a designação cabocla sugira uma aproximação com a definição considerada legítima, ou seja, branco e, por conseguinte, um afastamento de tudo que possa reforçar ligações e analogias com escravizados.

Entretanto, as dessemelhanças não se sustentam quando povoados das terras de caboclos são atingidos pelos mesmos dispositivos jurídicos

que afetam os demais agentes sociais, como deslocamentos compulsórios e indenizações. Por meio desses dispositivos, a ação do Estado homogeneiza os diferentes agrupamentos sociais de Alcântara e submete-os aos mesmos constrangimentos sofridos pelos pretos:

Esses embates, conflitos e ameaças de eterno retorno marcam as tensões do processo de territorialização em curso. A autonomia de decisão sobre o que produzir, como, onde e quando, lançando mão de que recursos naturais, aproxima pretos e caboclos, fixa um estilo de vida que tem na denominada roça sua viga mestra e chega a absorver os prepostos dos proprietários absenteístas. Produzir e reproduzir esse sistema, mantendo uma vida social há pelo menos dez gerações nas terras das ordens religiosas, ou sete nas antigas fazendas de algodão, ou quase cinco gerações nos antigos engenhos de açúcar, sem subordinação a terceiros, significa a consolidação, em datas diferentes, daquelas diversas territorialidades mencionadas e, por extensão, do território das comunidades remanescentes de quilombo (Almeida, 2006, p. 92).

Vista Alegre está situada onde pode ocorrer expansão da área do CLA, pois localiza-se no litoral de Alcântara e está dentro do território desapropriado pelos decretos que preveem a expansão do CLA, visando atender demandas do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado com os Estados Unidos, em 2019. Como o Estado brasileiro intenciona/precisa deslocar compulsoriamente várias comunidades, as famílias, a exemplo das que formam Vista Alegre, vivem atualmente a incerteza sobre sua permanência em seus lugares de vida e produção.

Essas famílias sabem que aquelas que foram deslocadas obrigatoriamente para as agrovilas na década de 1980, enfrentaram muitas dificuldades para conseguir alimentos. Sofreram com a limitação dos recursos naturais, a baixa produtividade ou infertilidade do solo, além da dificuldade para a realização da pesca devido à distância do mar, manguezais, rios e igarapés e restrições impostas pela Força Aérea Brasileira (FAB), conhecida localmente como a Aeronáutica, responsável pelo CLA e gerenciamento das agrovilas. Por isso, temem pelo futuro e, dessa vez, não há promessa nem de “transferência” para agrovilas.

Além disso, são cientes de que o deslocamento ocorrido nos anos de 1980 implicou em insegurança alimentar, necessidade de venda de mão de obra para garantia do sustento e migração para as periferias de Alcântara e/ou São Luís. E sabem que as famílias deslocadas para as agrovilas foram proibidas de fazer reformas ou ampliação em suas casas (puxadinho) para os filhos recém-casados, prática comum quando viviam nos seus territórios de origem.

Embora, desde 2008, corram ações na Justiça, já que os moradores da região pedem titulação de terras por meio do programa de regularização de áreas quilombolas e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tenha expedido o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), peça integrante do processo 54.230.002401/2006-13, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de novembro de 2008, seção 3, folhas 110 (Incra, 2008a), e Memorial Descritivo, de 05 de novembro de 2008, folhas 127, mesma seção (Incra, 2008b), nos quais reconhece uma área de 78,1 mil hectares, que corresponde a 64,24% do território municipal, como território quilombola, os quilombolas de Alcântara vivem sob constante ameaça e insegurança quanto à manutenção de seus modos de vida e da permanência nas comunidades constituídas e reconhecidas pelo Estado brasileiro, como é o caso de Vista Alegre.

A base de lançamentos é mantida por recursos federais e operada pela FAB. De acordo com o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da FAB, o CLA possui uma posição geográfica estratégica e privilegiada, uma vez que se encontra a 2º18' sul da Linha do Equador, sendo um dos fatores favoráveis para lançamento de foguetes de sondas e satélites, pois permitiria uma economia de 30% no combustível necessário (FAB, 2014).

O Departamento também apresenta outros pontos que considera como estratégicos para transformar o CLA em um dos centros espaciais mais competitivos do mundo: condições favoráveis de segurança para lançamentos nas fases iniciais da trajetória; condições climáticas, com regime de chuvas bem definido, ventos toleráveis e pequenas variações de temperatura; estabilidade geológica; baixa densidade demográfica; facilidades de suporte logístico, devido à proximidade da capital do estado, São Luís, situada a 95 km, por terra (FAB, 2014).

Durante a presidência de Jair Bolsonaro, o Governo Federal brasileiro movido por princípios neoliberais das vantagens comparativas, pelo interesse em estreitar relações econômicas com os Estados Unidos da América (EUA) e pelo desprezo nutrido pelas minorias do país, como é o caso dos quilombolas, publicou o Decreto nº 10.220, no dia 5 de fevereiro de 2020, regulamentando o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre o Brasil e os EUA, que estava em vigência desde 16 de dezembro de 2019, para impulsionar os lançamentos de dispositivos aeroespaciais a partir do CLA. Esse acordo protege as tecnologias americanas, pois determina que qualquer país possa lançar objetos espaciais no CLA, desde que possua componentes de procedência estadunidense.

O acordo firmado com os EUA impulsionou o Estado brasileiro a publicar, no dia 27 de março de 2020, a Resolução nº 11, com deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro para que o Ministério da Defesa providenciasse, por meio do Comando da FAB, a execução de deslocamento de famílias localizadas nos 12,4 mil hectares demandados para iniciar a nova fase de atividades firmadas no acordo com os EUA.

Segundo informações do *site* da Rádio Senado, o mercado de lançamento de satélites movimenta US\$ 5 bilhões por ano em todo o planeta (Brasil, 2019a). De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia Inovações e Comunicações: “Com a aprovação do AST, o Brasil pode se inserir nesse mercado, mesmo com a meta conservadora de ocupar 1% do volume de negócios espacial global (US\$ 10 bilhões por ano a partir de 2040) e consolidará o Brasil como um forte player do segmento de lançamentos. Assim, o país alavancará todo o seu programa espacial” (Brasil, 2019b).

Segundo informações publicadas no portal da Secretaria Geral da Presidência da República, o governo brasileiro entendia que, ao participar desse mercado internacional de lançamentos de satélites, o CLA poderia contribuir para o desenvolvimento do município de Alcântara e do País, já que possibilitaria proveitos pela via tecnológica na área espacial. Com isso, “é prevista melhoria generalizada das condições de vida da população local, abrangendo ganhos em infraestrutura de transportes, saúde, educação e geração de empregos” (Brasil, 2021).

Mas, um antigo ditado popular, apropriado neste contexto: “nem tudo que reluz é ouro”. Pesquisadores que estudam megaprojetos, globalização econômica e funcionamento orgânico do capitalismo alertam para suas crises e a expansão do capital como forma de solução. Robinson (2019) afirma que o capitalismo global enfrenta uma crise orgânica envolvendo uma dimensão estrutural, de superacumulação, e uma dimensão política, de legitimidade e hegemonia, que está se aproximando de uma crise geral. Para saírem da crise, governos e grandes corporações econômicas procuram diversos mecanismos capazes de gerar novas fontes de receitas e lucros.

Dentre esses mecanismos, verificam-se ondas contínuas de investimento no setor de tecnologia supervalorizada, que está na vanguarda do capitalismo global e impulsiona a digitalização e a economia de todo o mundo. Para Robinson (2019), a economia global se baseia cada vez mais no desenvolvimento e implantação de sistemas de guerra, controle

social e repressão, como um meio de obter lucro e continuar a acumular capital. O autor denomina esse mecanismo de acumulação militarizada ou acumulação por repressão.

Diante do cenário atual de crise multidimensional do capitalismo (ambiental, sanitária, alimentar, energética e financeira) e considerando a expansão do neofascismo e a guerra na Europa, é preciso atenção aos movimentos dos principais agentes capitalistas para retomada do crescimento econômico. De acordo com a ONU (2022), em 2021, a fome no planeta cresceu mais de 20% e atinge 193 milhões de pessoas em 53 países e territórios. Essa situação deve ser agravada devido às guerras entre Rússia e Ucrânia, de Israel contra os palestinos e outras menos midiáticas; às mudanças climáticas e aos choques econômicos.

Nesse contexto, é premente revisar as abordagens sobre as crises do capitalismo e os mecanismos utilizados pelo capital para enfrentá-las, assim como estudar o modo como vivem populações que permanecem à margem da padronização do sistema e do chamado progresso, como acontece em Alcântara.

O presente artigo objetiva apresentar novos desdobramentos do conflito territorial instalado naquele Município desde os anos de 1980, entre o Estado e as comunidades quilombolas, a partir de trabalho de campo realizado na comunidade de Vista Alegre. Pretende também discutir autossuficiência/dependência das famílias dessa comunidade em relação ao mar e à terra e arrazoar sobre a insegurança instalada quanto à permanência no lugar, uma vez que as famílias dessa comunidade se encontram ameaçadas de deslocamento compulsório diante do novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas.

Para a elaboração do artigo, revisitamos teorias que tratam da expansão do capitalismo e a espoliação de pessoas e lugares inerentes à dinâmica do sistema, consultamos o laudo antropológico, elaborado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em 2006 (Almeida, 2006), bem como percorremos o processo 54.230.002401/2006-13 protocolado no Incra (Incra, 2008a, 2008b), que trata da identificação, delimitação, reconhecimento e titulação de terras habitadas por quilombolas em Alcântara. Para o embasamento empírico, realizamos entrevistas com 11 famílias em outubro de 2020, na comunidade quilombola Vista Alegre, distante 60 km da cidade de Alcântara.

2 ESPOLIAÇÃO E AS CRISES DO CAPITALISMO

Harvey (2005) utiliza os pressupostos de Rosa Luxemburgo sobre acumulação do capital para refletir sobre o avanço do capitalismo em novos espaços geográficos. Luxemburgo (1970) defende que esse fenômeno apresenta duplo aspecto: um que está relacionado com o mercado de bens, compra e venda de mercadorias, inclusive da mão de obra, e o outro que diz respeito às relações entre o capitalismo e os modos de produção pré-capitalistas¹ que surgiram no cenário internacional com o colonialismo.

Luxemburgo (1970, p. 398) afirma que esses dois lados da acumulação do capital estão “ligados organicamente... e só a reunião de tais aspectos permite o curso histórico do capital”. Nesse sentido, Harvey (2005) esclarece que os espaços geográficos locais que permanecem fora do capitalismo, quando apanhados pela sua expansão, adentram no sistema pela incursão do capital e do Estado, os quais utilizam de qualquer meio para romper resistências: “o uso da força, da fraude, da opressão, da pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las” (Harvey, 2005, p. 115).

Em busca de compreender a dinâmica de expansão do capitalismo, Luxemburgo (1970) ressalta sua tendência a crises e identifica que a estabilização do sistema acontece pela incorporação de algo externo a ele. Assim, locais com presença de formações sociais não capitalistas, como é o caso de Alcântara (que conta com ampla zona rural e um pequeno núcleo urbano com rede de comércio precária para bens e serviços, como supermercados, poucas lojas de vestuário, de móveis e de itens de consumo, duas agências bancárias e uma casa lotérica), são alvos que o sistema procura e identifica, especialmente, quando possui alguma característica capaz de absorver recursos sobreacumulados e gerar maior lucratividade. É o que o capital espera com a ampliação do CLA, já que locais como esse proporcionam uma maneira eficaz para amenização das crises, pois têm forças produtivas materiais e humanas que poderão ser exploradas.

Os estudos de Harvey (2005) ratificam a tese de Luxemburgo (1970) e acrescentam novas conjecturas que ajudam a compreender como se passa a acumulação capitalista no século XXI, especialmente com o advento da globalização. O autor substitui o conceito de acumulação primitiva

¹ Seguindo esses autores, mantemos o uso da categoria modos de produção pré-capitalistas para denominar formas de organização econômica, social e política não capitalistas, mas concordamos com as críticas a este uso, pois traz implícita a eliminação de outras formas de organização societária e desqualifica possibilidades de resistência e proposição de alternativas.

ou original de Marx (2015), que já era criticado por Luxemburgo, por acumulação por espoliação. Harvey (2005) defende que as características da acumulação primitiva, tratadas por Marx (2015), permanecem presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. Porém, não se trata de uma acumulação na origem do capitalismo, mas se impõe e se modifica ao longo do tempo, mantendo seu vigor expansionista. De forma semelhante, Lander (2016, p. 216) afirma que “os povos e culturas seja de indígenas ou de camponeses de todo o planeta estão ameaçadas pelo avanço permanente de acumulação capitalista por despossessão”.

Distinguindo-se de Harvey (2005), Brandão (2010), ao analisar a expansão capitalista contemporânea no Brasil, entende que há uma acumulação primitiva permanente que determina os padrões fundiários, reafirmando direitos perversos e excludentes e destituindo amplas massas humanas dos círculos de poder, propriedade e riqueza. Brandão (2010) defende que o Brasil é, para o capital, uma enorme plataforma territorial-econômica que conjuga alta e fácil valorização para o capital financeiro, marcado pela exclusão dos menos favorecidos, depredação da cultura e degradação ambiental. A acumulação permanente no país destrói o modo de viver das pessoas, suas histórias e o meio ambiente.

Com base nas atualizações conceituais sobre acumulação do capital defendidas por Luxemburgo (1988), Harvey (2005) e Brandão (2010), é possível pensar que, se o Estado brasileiro se apropriar de mais terras ocupadas pelas comunidades quilombolas para expansão da área do CLA, aniquilará os modos de vida de várias comunidades que lá vivem, como é o caso da comunidade Vista Alegre.

A implantação do CLA na década de 1980 levou os quilombolas alcantarenses a vivenciarem a experiência traumática do deslocamento compulsório de 21 comunidades, alertando para o que poderia acontecer com as demais. As consequências locais quanto à atuação do CLA também instigou pesquisadores acadêmicos a investigarem os efeitos antropológicos, sociais e econômicos que a remoção forçada impôs aos quilombolas (Almeida, 1996, 2006; Lopes, 2020; Andrade, 2014; Rocha, 2006; Souza Filho, 2013).

Com o conflito, foram criados movimentos sociais de resistência às ações do CLA, como o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (Momtra) e houve o fortalecimento do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Alcântara. Movimentos e STTR contam com o apoio de uma rede de profissionais, como pesquisadores, juristas, jornalistas, de religiosos e de

organizações sociais que se solidarizam com a população quilombola, além de agentes vinculados ao próprio estado, como as Defensorias Públicas Federal e Estadual, os Ministérios Públicos Federal e Estadual e o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

3 VISTA ALEGRE, MODO DE VIDA E AMEAÇAS DE DESLOCAMENTO

Vista Alegre é uma comunidade alcantareense composta por 47 famílias e certificada como quilombo, conforme processo nº 01420.001033/2004-21, da Fundação Cultural Palmares (FCP, 2021); portaria publicada no DOU na data de 12 de dezembro de 2004 e processo do INCRA nº 54230.002401/2006-13, em fase parcial de titulação (Incra, 2008a, 2008b).

Nos primeiros contatos informais que tivemos, em 2019, residentes demonstraram preocupação com a possibilidade de expansão da área do CLA. Com o propósito de apreender a compreensão que moradores tinham do processo, aconteceram outras visitas à comunidade e, em uma delas, em outubro de 2020, foram realizadas entrevistas para obtenção de informações mais sistematizadas, a fim de entender como vivem, em que trabalham, de onde obtêm recursos para a sobrevivência, o que produzem, se há excedente produtivo e como se sentem em relação à possível expansão da área do CLA para aquele território. A amostra utilizada, como afirmamos anteriormente, foi composta de 11 famílias, ou seja, 23,4% do total de moradores da comunidade. Todas as entrevistas citadas como fonte primária neste trabalho foram obtidas na referida amostra.

Cabe salientar que as visitas se deram em meio à pandemia, mas sempre obedecendo aos protocolos sanitários recomendados pelos infectologistas. Durante as entrevistas, soube-se que quase todos os moradores da comunidade haviam sido infectados e que nenhum faleceu.

No questionário, primeiramente, buscou-se obter informações como idade, grau de escolaridade, religião, número de filhos, quantidade de pessoas que moram no domicílio, número de anos que habitam na localidade. A seguir, levantamos informações produtivas, econômicas e sociais, como volume de produção, excedente produtivo, comercialização e receitas provenientes de programas sociais, com a finalidade de conhecer a origem de seus recursos materiais. Por fim, sondou-se sobre como se sentem vivendo lá, o que pensam sobre a expansão da área do CLA e questionamos sobre as preocupações com a situação atual.

A maioria das 11 pessoas entrevistadas, 54,55% (6), está na faixa etária de 41 a 50 anos; 18,18% (2) encontram-se na faixa de 61 a 70 anos. Cada uma das últimas 3 pessoas representa 9,09% (1) da amostra, alocadas respectivamente nas faixas de 20 a 30 anos, 31 a 40 anos e 51 a 60 anos.

Quanto à escolaridade, 63,64% (7) não completaram o ensino fundamental. 9,09% (1) cursaram o primeiro ano, 27,27% (3) completaram o quinto ano e 27,27% (3) chegaram até o sexto. O ensino médio foi concluído por 27,27% (3) dos entrevistados e apenas 9,09% (1) concluíram o ensino superior.

O número de filhos variou entre 1 e 11, sendo que 45,45% (5) afirmaram possuir de 1 a 3 filhos; 36,36% (4) afirmaram ter de 4 a 6 filhos; 9,09% (1) declararam ter 7 filhos e 9,09% (1), 11. Com relação ao tempo em que habitam Vista Alegre, o número variou de 15 a 48 anos. 45,45% (5) moram lá de 15 a 25 anos; 27,27% (3), de 26 a 35 anos; outros 27,27% (3) estão na comunidade há mais de 36 anos e 27,27% (3) nasceram no local.

No que tange à produção de alimentos, verificamos que as famílias cultivam uma significativa variedade de frutas, legumes, hortaliças, além de pescarem peixes e mariscos e a maioria cria galináceos, obtendo, assim, carne e ovos. Dessa maneira, suprem, em grande parte, suas necessidades de consumo de vitaminas, proteínas e carboidratos.

Das 11 famílias consultadas, somente 9,09% (1) não produzem mandioca e não pescam camarão e peixe; assim, 90,91% (10) dispõem desses alimentos. 63,64% (7) criam galinhas e, anualmente, plantam feijão. 54,55% (6) cultivam coco e 45,45% (5) dispõem de limão, caju, manga de seus quintais e plantam melancia. 18,18% (2) plantam milho e 9,09% (1) plantam maxixe, batata doce, juçara (palmeira semelhante ao açaí e muito utilizada na alimentação e artesanato) e cria suínos. Por fim, nenhuma cria bovinos, caprinos e nem planta arroz. Observamos que, proximamente às casas, existe um extenso plantio de palmeiras de juçara cultivado por 36,36% (4).

Com relação ao excedente de produção de alimentos, verificamos que 100% (11) das famílias produzem excedente de alimentos que comercializam em outros locais, como na cidade de Alcântara, agrovilas, São João do Corte, Bequimão e/ou São Luís. Há ainda os que vendem na própria comunidade para alguns moradores que atuam como compradores e revendedores. Assim, se constata que, além de garantir o atendimento de suas necessidades de alimentos, as famílias entrevistadas produzem para mercados próximos e participam da circulação de mercadorias.

Apenas uma senhora viúva pensionista não tem excedente de peixe para comercialização; assim, 90,91% (10) atendem à demanda familiar e ainda

vendem o excedente. Com relação ao camarão, 36,36 % (4) têm excedente para comercialização, enquanto, melancia e coco são comercializados por 27,27% (3) e milho, juçara e galináceos são vendidos por 9,09% (1).

Ao serem indagados sobre membros das famílias que trabalham de forma assalariada para ajudar nas despesas, 27,27% (3) afirmaram positivamente. Das pessoas que trabalham fora, uma é professora concursada e atende à própria comunidade, ministrando aulas na comunidade vizinha chamada de Ponta da Areia. A segunda delas trabalha em roças de terceiros em troca de diárias e outra tem o emprego de babá. O trabalho assalariado, assim, não compõe parte fundamental do ingresso de renda na comunidade e, portanto, a sobrevivência familiar é garantida em grande medida com a realização de uma economia polivalente e de características tradicionais.

Com relação a rendimentos por meio de programas governamentais, 100% (11) obtêm alguma renda advinda de benefícios assistenciais. 81,81% (9) são beneficiárias do Programa Bolsa Família (na época denominado Renda Brasil); 27,27% (3) são pensionistas e 9,09% (1) são aposentadas. Registramos, ainda, que uma das famílias pensionistas recebe também Bolsa Família e, inclusive, a aposentada.

Com o propósito de saber o que pensam e sentem sobre o local onde moram, perguntamos o que significa morar em Vista Alegre. As respostas foram variadas, mas, em todas elas, percebemos uma noção de viver bem, de pertencimento e contentamento por habitar aquele lugar. Dona Sônia (48 anos) responde: “É muito importante para mim, porque é o lugar onde criei meus filhos. Representa trabalho e fartura, pesca e caça”². Seu Pedro responde que gosta porque é um lugar calmo e tranquilo. Dona Cristina (34 anos) afirma que “é um lugar muito bom, maravilhoso, o que produz aqui dá pra viver”³. Dona Ivaneide declara: “É um lugar muito bom, a vida é muito tranquila, é bom viver aqui”⁴.

Seu Raimundo (40 anos), por sua vez, explica: “Tenho tudo aqui, moro na beira do mar, posso pescar peixe e camarão sempre que quero”⁵. Dona Conceição (67 anos) diz: “Representa muita coisa, porque vim pra Vista Alegre numa missão de Deus, deixei tudo para trás, o povoado significa pra mim a igreja de Deus”⁶. O senhor Francisco (63 anos) justifica: “É onde está minha raiz e raiz que se muda de um local para outro murcha, é muito difícil

² Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

³ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Ivaneide, em 15 de outubro de 2020.

⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Raimundo, em 15 de outubro de 2020.

⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

recuperar. Pela minha vontade, só saio de Vista Alegre morto”⁷. E seu Valdeci é claro em sua definição: “É o jardim do Éden”⁸. Para seu Orlando, “Vista Alegre significa sustento, pesca, trabalho, sobrevivência”⁹. Dona Jucimeire (42 anos) responde: “Acho bom”¹⁰. E, por fim, Seu Osvaldo (45 anos) resume: “É bom, é um privilégio. Significa amar a terra”¹¹.

Esses depoimentos demonstram que há a construção de um modo de vida local em que a produção da sobrevivência física não está dissociada de valores sociais, culturais e religiosos, porque foram constituídos ao longo do tempo e profundamente relacionados com o território. Lugar de criar os filhos, trabalho e fartura, calma e tranquilidade, Igreja de Deus e Jardim do Éden, sobrevivência, privilégio e amor à terra são termos que se imbricam em descrições do lugar carregadas de afetividade e de percepção prazerosa das formas de trabalho e de convivência.

Os territórios das comunidades quilombolas de Alcântara, considerados atrasados, fora dos padrões de desenvolvimento social, organizacional, político e econômico, com lógicas produtivas e culturais diferentes das desenvolvidas nas sociedades diretamente organizadas pelo capital, em algum momento, passam a ser objeto de interesse e cobiça. No caso, o Estado brasileiro e os capitalistas do mercado aeroespacial querem ocupar o território espoliando quilombolas por meio do deslocamento compulsório.

Mignolo (2017) concebe que a colonialidade é constituída pela modernidade e vice-versa, não havendo, assim, modernidade sem colonialidade. A modernidade constrói-se sobre práticas econômicas carregadas de ostracismo social. Essas práticas dispensam pessoas ao se utilizarem de justificativas supostamente científicas, como a teoria da superioridade e da inferioridade de determinadas raças humanas. Para o autor, a modernidade é um empreendimento que nasce na Europa como se fosse o vale do sol, mas esconde o lado mais obscuro de suas conquistas sobre outras civilizações: a colonização e os artifícios perversos dos quais esse sistema é prenhe. Atualmente, percebe-se a continuidade de práticas coloniais.

A entrevista seguiu com uma pergunta sobre a possibilidade de serem beneficiados pela expansão das atividades na Base. Nas entrevistas, 81,81% (9) afirmam que não acreditam nessa hipótese, enquanto 9,09% (1) dizem não saber e 9,09% (1) afirmam que o projeto pode trazer benefícios para alguns

⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

⁸ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Valdeci, em 15 de outubro de 2020.

⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Orlando, em 15 de outubro de 2020.

¹⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Jucimeire, em 15 de outubro de 2020.

¹¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

e prejuízos para outros, simultaneamente, e declaram que os interesses do Brasil estão em primeiro lugar. Alguns deles expõem a razão de não acreditarem em benefícios. Seu Osvaldo diz: “O lugar onde eu vivo não tem dinheiro que pague”¹². E seu Orlando, com o olhar preocupado, declara: “Vai trazer problema, confusão e desassossego para o povo”¹³. Seu Francisco diz que não e explica a razão: “Na época da implantação da Base seus conhecidos que se mudaram para as agrovilas receberam muitas promessas que não foram cumpridas”¹⁴. Dona Conceição, um pouco mais otimista, acredita que devem ser ofertados empregos para alguns e vai trazer benefícios para o país em primeiro lugar. Ela afirma que “Se houver expansão da área da Base vai trazer alguns prejuízos e alguns benefícios, mas os interesses do Brasil estão em primeiro lugar”¹⁵. No entanto, ela mesmo admite que “estamos bem assentados aqui, todos têm suas plantas, casa, moradia. Mudar a forma de vida será um caos”¹⁶.

Na pergunta seguinte, procuramos compreender como os moradores suspeitam que podem ser prejudicados pela expansão da área da Base. Seu Osvaldo pergunta: “Para onde vamos? Onde vamos morar, em que vamos trabalhar? Aqui nós sabemos”¹⁷. Dona Sônia explica: “Será muito difícil para nós, porque nós vivemos da pesca e umas plantações, ouvi dizer que nas terras da agrovila não nasce nem limão e as terras daqui são muito boas”¹⁸. A jovem Stefane (20 anos) afirma: “Com certeza, não existe outro lugar como Vista Alegre pra viver”¹⁹. Dona Cristina pensa um pouco e responde: “Como a renda maior dos moradores vem da pesca, será um grande prejuízo, mas se aumentassem os trabalhos na Base sem remover as comunidades, poderia ajudar”²⁰.

Uma das professoras da comunidade, Dona Ivaneide afirma que os moradores sofreriam muito: “Porque todos os moradores da comunidade vivem da pesca e agricultura, se acontecer de tirar a gente daqui, vamos sofrer um grande impacto econômico e emocional. O impacto não será só financeiro, nós amamos o lugar onde vivemos”²¹. Seu Francisco faz uma comparação: “Quando se muda uma raiz de um lugar ela sofre até se acabar,

¹² Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

¹³ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Orlando, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Francisco, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

¹⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Stefane, em 15 de outubro de 2020.

²⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

²¹ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Ivaneide, em 15 de outubro de 2020.

eu trabalho também com mudas de plantas, sei bem o que isso significa, ela não sobrevive, se não cuidar muito”²².

Com seu Osvaldo, a conversa ocorreu na frente da casa com vista para o mar, uma paisagem tão bonita em que se perde a concentração. Ao ser indagado, ele coça a cabeça, olha para o mar e responde: “Se acontecer a expansão da área da Base, vai trazer muito desassossego, mesmo que traga dinheiro vai inquietar muito e não tem dinheiro que pague isso aqui”²³. Dona Conceição, mesmo sendo otimista em algumas respostas, afirma: “Traz mais prejuízo do que benefício, porque aqui vivemos sossegados”²⁴. Seu Valdeci não tem dúvidas: “Acredito que só vai trazer prejuízo, vamos perambular pelo mundo de um lugar para outro, vamos para um lugar onde não conhecemos ninguém”²⁵. Dona Jucimeire, que trabalha como babá em São José de Ribamar, diz que não sabe responder à questão, mas pergunta: “Para onde vão levar o povo”²⁶?

Andrade, Souza Filho e Coelho (2013), que investigam o conflito instalado em Alcântara, afirmam que o deslocamento provoca uma morte social desses grupos devido à desestruturação do modo de vida, da identidade étnica, além das perdas “de sistemas de conhecimento nativo e de classificação da natureza (sua etnociência), de práticas agrícolas, celebrações, danças, ofícios e modos de fazer, lugares, elementos de um patrimônio imaterial” (Andrade; Souza Filho; Coelho, 2013, p. 78). Esse patrimônio que deveria ser protegido pelo Estado é destruído por suas práticas.

Na pergunta seguinte, procuramos saber o quanto a comunidade está informada sobre as condições de vida nas agrovilas criadas. Questionamos se conhecem alguém que foi remanejado para agrovila na fase da implantação do CLA. Da amostra, 90,91% (10) disseram que conheciam e 9,09% (1) disseram que não tinha conhecimento.

Indagamos o que as pessoas que moram nas agrovilas dizem. Dona Sônia responde: “Eles dizem que foram enganados pelas autoridades da Base”²⁷. Stefane responde que os remanejados reclamam, dizem que não têm lugar para trabalhar, vivem da roça e a terra não é boa. Dona Cristina esclarece: “Eles dizem que foi a pior coisa que aconteceu na vida deles. Moram na agrovila Peru, só faltam chorar. A terra é o único lugar que eles

²² Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

²³ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020

²⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

²⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Valdeci, em 15 de outubro de 2020.

²⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Jucimeire, em 15 de outubro de 2020

²⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em em 15 de outubro de 2020

têm pra trabalhar e lá nem a areia presta”²⁸. Dona Ivaneide conta que dizem que sofreram e continuam sofrendo porque antes plantavam e pescavam, agora, a terra da agrovila não é boa, além de ficar distante do mar. Tentaram se acostumar com a vida lá, mas não conseguiram. Seu Raimundo afirma: “Conheço vários, é só sofrimento. Não pescam mais, só ganham sol, poeira e mais nada”²⁹. Seu Francisco diz que, pelo que comentam, o governo prometeu um milhão de coisas e nada cumpriu. Conta que um amigo que mora na agrovila Marudá entrou na Justiça para reparação de danos, mas o processo até hoje não foi julgado. Seu Osvaldo afirma: “Todos reclamam, ninguém se acostumou. O governo, os representantes da Aeronáutica enganaram, mentiram, prometeram e não cumpriram, usaram do sistema para enganar pessoas necessitadas”³⁰.

Já Dona Conceição diz que conhece várias pessoas que moram nas agrovilas, mas desconhece alguém que diga que foi bom ter saído do litoral; alguns choram quando se lembram de onde moravam, os jovens se adaptam mais facilmente, mas os idosos sofrem muito. O senhor Valdeci diz que conhece várias pessoas que mudaram para as agrovilas Peru, Pepital, Cajueiro, Marudá, nenhum diz que é bom viver lá, são sofridos, só ficam lá porque não têm para onde ir. Dona Sandra explica sobre o grande sofrimento para as famílias que mudaram, pois, segundo ela, “a Base prometeu um ano de pagamento de salário e nunca deu. As pessoas se mudaram iludidas porque iam receber uma casa cimentada, depois quiseram voltar para as casas antigas e não puderam porque já tinham sido derrubadas”³¹.

Essas percepções de pessoas de Vista Alegre são semelhantes às constatações dos estudos de Rocha (2006) sobre a mudança dos moradores das antigas localidades Santa Rosa, Pepital, Pedro Marinho e Camaleão para a agrovila Pepital, durante a primeira fase da remoção forçada das famílias para implantação do CLA. As pessoas que se mudaram passaram a viver num “entre lugar” na agrovila Pepital.

Segundo Rocha (2006), a partir do dia da mudança, aquele novo lugar, por ser precarizado em vários aspectos, não favoreceu a readaptação. Sofriam de desorientação, não sabiam o que, nem como fazer as coisas. O modo de vida antigo foi desestruturado. Os sujeitos perderam as condições de sua forma de organização social, suas festas, religiosidade e saberes, sendo a transformação mais prejudicial à mudança do campesinato de uso comum das

²⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

²⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Raimundo, em 15 de outubro de 2020.

³⁰ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Osvaldo, em 15 de outubro de 2020

³¹ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sandra, em 15 de outubro de 2020.

terras para campesinato parcelar, pois escasseou sobremaneira as condições sociais e de reprodução das famílias. A autora explica que, nos seus territórios de origem, a terra representava um bem comum e não era comercializável, era a fonte de onde se extraía a maior parte do alimento necessário.

Esse novo lugar é vazio de sentimentos, singularidades e identidades, completamente oposto ao lugar de onde vieram. As condições de sobrevivência estavam abaladas e, com isso, as incertezas se instalaram. Rocha (2006, p. 82) destaca a fala de Dona Leandra ao descrever a agrovila: “Sem árvore, sem nada, só o sol, no verão muito sol, muita poeira... não tinha um pé de árvore pra fazer sombra, [...] galinha morreu, porco morreu, nós saímos do nosso lugar e passamos aqui uns cinco ou mais anos sofrendo”.

A pesquisadora revela ainda que o projeto efetivado pela Aeronáutica violentou essas famílias de várias formas: os moradores enfrentaram a improdutividade do solo na agrovila, a pesca ficou quase impossível devido à distância até o mar e a criação de animais foi prejudicada por causa da proximidade das casas. Uma alternativa encontrada foi vender a força de trabalho como mão de obra em outros locais distantes da agrovila. Além disso, na época das chuvas, as casas ficavam alagadas, pois foram construídas em locais muito baixos, e as festas tradicionais, como a de São Benedito, Santa Tereza e o Carnaval, também foram prejudicadas.

O conhecimento das experiências vividas pelas comunidades vizinhas que passaram por deslocamento e a constatação de que suas vidas não melhoraram, fazem com que as notícias, quase sempre incertas, de expansão da Base aumentem as preocupações de quem vive em Vista Alegre.

Na pergunta seguinte, procuramos compreender se, de fato, os moradores se sentem ameaçados e preocupados com a expansão da área da Base. Todos os entrevistados afirmaram que consideram essa expansão uma ameaça para a comunidade e que se preocupam com o tema. Seu João diz que fica pensando para onde serão levados, que lugar será esse. Dona Sônia declara que de vez em quando se pergunta: “Como vou sair daqui e levar meus filhos para outro local sem ter um prego?”³². Stefane responde que fica pensando no que as pessoas dizem: “Esse lugar já é da Base”³³. Dona Cristina indaga: “Se a Base chegar e remover nós daqui, como vai ser?”³⁴. Dona Ivaneide diz que se preocupa muito porque Vista Alegre é uma das áreas ameaçadas pela Base. Seu Raimundo esclarece que sabe que, se sair dali, será só para sofrer junto com os filhos. Na fala de seu Francisco, que é o Presidente da Associação de Moradores da comunidade, percebemos uma

³² Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

³³ Entrevista de pesquisa concedida por Stefane, em 15 de outubro de 2020.

³⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

forte aflição e ansiedade, por ele responder com várias perguntas: “Como vai se dar esse processo? Como vamos reagir? O que vamos fazer?”³⁵.

Seu Osvaldo revela que sente uma forte ameaça, fica pensando para onde vão e o que vão ganhar com isso e, ao mesmo tempo, responde: “nada, só sofrimento”³⁶. E continua: “Se o governo fosse mais preocupado com o povo, mudasse e desse uma boa escola, seria bom, mas não é isso que vai acontecer. Pobre é coisa judiada, só Deus pra cuidar”³⁷. Seu Valdeci, um dos pensionistas, afirma que se preocupa porque sabe da dificuldade que muitos moradores irão enfrentar e explica que sua esposa sofre muito quando toca no assunto da Base, por isso evita conversar sobre o assunto em casa. Seu Orlando diz que se preocupa muito porque só sabe pescar e, em Vista Alegre, tem uma grande riqueza que é o mar.

A preocupação dos moradores de Vista Alegre é procedente. Para muitos planejadores do Estado brasileiro, um município organizado nos moldes de Alcântara, com mais de 60% do seu território ocupado por comunidades quilombolas, representa um atraso e precisa ser modernizado. Segundo Andrade (2014), vários setores do Estado, em diferentes governos federais e estaduais, dão justificativas “econômicas, tecnológicas, geopolíticas e de segurança nacional” para controlar a faixa litorânea livre da presença humana, “tentando reservar todo o litoral de Alcântara para implantação de empreendimentos aeroespaciais” (Andrade, 2014, p. 3), enquanto os atingidos lutam e resistem para garantir a manutenção de seu território e, conseqüentemente, dos seus modos de vida. Souza Filho (2013, p. 62) complementa: “Nesse caso, o Estado, valendo-se da violência legítima vem definindo os termos das representações cartográficas para, por meio deles, assegurar a tão desejada reserva de território para negociação no mercado internacional de empreendimentos aeroespaciais”.

Com relação à participação da comunidade em algum movimento social contra a expansão do CLA, todos afirmam ser convidados para as reuniões promovidas pelo STTR ou pelo MABE. Nessas ocasiões, representantes da comunidade comparecem, especialmente seu Francisco, o Presidente da Associação dos Moradores. Sobre reuniões na própria comunidade para tratar do assunto, disseram que conversam informalmente quando se encontram, mas, até outubro de 2020, não houve reunião específica para tratarem do assunto.

³⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

³⁶ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

³⁷ *Idem.*

O estudo realizado por Rocha (2006) enfatiza a importância da organização das comunidades em movimentos sociais, associação de moradores e sindicatos, pois, devido ao apoio de movimentos sociais, as famílias da agrovila Pepital conquistaram alguns benefícios após confrontos e resistência às regras impostas pela Aeronáutica. Como exemplo, cita que conseguiram autorização para a construção de 11 casas para os filhos recém-casados, com os recursos que possuíam, dentro da agrovila. Esse tipo de construção, mesmo que não fosse totalmente vedado, somente poderia acontecer se seguissem o modelo das casas construídas pelo Estado e as famílias não dispunham de recursos para tal fim.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias, da comunidade quilombola Vista Alegre, vivem sob constante insegurança de permanecerem na localidade, pois podem ser deslocadas compulsoriamente pelo Estado brasileiro. O argumento dos militares da FAB que comandam CLA é o de que é necessário expandir a área para atender demandas do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado entre o Governo brasileiro o Governo dos Estados Unidos.

As famílias de Vista Alegre utilizam a terra e o mar para garantirem segurança alimentar para todos que vivem lá. Por meio das 11 entrevistas, soubemos que 90,91% (10 famílias) dispõem de mandioca, peixe e camarão; 63,64% (7) criam galinhas, 54,55% (6) plantam feijão e cultivam coco e 45,45% (5) dispõem de limão, caju, manga de seus quintais e plantam melancia. Na comunidade, existe um extenso plantio de palmeiras de juçara, que é cultivado por 36,36% das famílias, ou seja, 4.

Com relação ao excedente de produção de alimentos, verificamos que 100% (11) das famílias produzem excedente de alimentos que comercializam em outros locais, como na cidade de Alcântara, agrovilas, São João do Corte, Bequimão e/ou São Luís. Há ainda os que vendem na própria comunidade para alguns moradores que atuam como compradores e revendedores.

A partir das respostas dadas pelos entrevistados, percebemos que os quilombolas, de Vista Alegre, possuem um nível de conhecimento e de acesso a informações maior do que existia na primeira fase do deslocamento compulsório (Rocha, 2006). A maioria quase absoluta da amostra não se ilude com o novo acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos para exploração do CLA, pois 90,9% (10 entrevistados) estão cientes das perdas que envolvem o deslocamento compulsório, por melhor que seja a oferta do Governo.

O mercado aeroespacial opera com a tecnologia mais moderna criada pelo capitalismo. É muito lucrativo e ambicionado por empresários mais providos financeiramente no sistema e pelos diferentes Estados do globo, mas essa modernidade é carregada de hostilidade e precarização para os menos favorecidos. As atividades de lançamento no CLA não trouxeram melhorias para a população alcantarenses, ao contrário, quando o Estado brasileiro anunciou um novo acordo comercial para explorar a Base de Alcântara, encheu as mentes dos quilombolas de aflição, desespero e desilusão.

O que vai acontecer com as pessoas que vivem em Vista Alegre e demais famílias das comunidades quilombolas de Alcântara não é possível prever. O que se sabe é que o Estado brasileiro e o capital são coercitivos e persuasivos. O Estado tem a capacidade de impor e legitimar interesses em nome do capital. Já o capital tem habilidade de se expandir, desapropriar e espoliar trabalhadores, apossando-se dos recursos territoriais e produtivos com o apoio do aparato estatal.

Mas esse processo é composto por três forças: Estado, capital e trabalhadores e, a última, é oposta, em seus interesses mais amplos, às duas primeiras. Por isso, existem tensões, contratempos e derrotas aos interesses dos que dominam, uma vez que os trabalhadores têm capacidade de organização estratégica, de mobilização, de união e de solidariedade. Com o apoio de outros trabalhadores que se encontram nos órgãos estatais favoráveis à causa, como promotores e defensores do Ministério Público e nos vários níveis do legislativo, como também os meios de comunicação e outras entidades sensíveis à questão, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), alguns interesses do Estado e do capital podem ser frustrados, e o lado mais desfavorecido nesse jogo de forças, poderá obter vitórias que fazem toda a diferença em suas vidas.

Enquanto esse artigo está sendo redigido, iniciou-se, no dia 24 de abril de 2023, o julgamento do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), por violação dos direitos territoriais e humanos dos quilombolas de Alcântara no caso dos deslocamentos compulsórios para instalação do CLA. A Corte entendeu que, após ser acionada por organismos de defesa de direitos humanos e pelos próprios quilombolas e emitir duas recomendações não acatadas ao Estado brasileiro de que fosse feita a titulação do território quilombola, a reparação financeira dos deslocados e um pedido público de desculpas, ainda ocorreu a assinatura do Acordo de Salvaguardas com os EUA, criando as condições de manutenção e ampliação das violações dos direitos (Fróes, 2023).

O julgamento está em andamento e não se tem ainda uma previsão de seus resultados, porém é mais um passo na luta territorial dos quilombolas de Alcântara e mais um sinal de esperança para a comunidade de Vista Alegre. Sabemos que a vida que o homem foi capaz de inventar nesse planeta é dinâmica e consiste em conflitos e lutas. Como diz a canção do saudoso Raul Seixas: “é de batalhas que se vive a vida”.

Está claro que a classe dominante do capitalismo precisa subjugar as classes oprimidas e conta com o apoio do Estado. Todavia as pesquisas mostram que a organização social e a resistência dos trabalhadores tecem enredos e conquistas, deixando como resultado, para além do preto e do branco, uma paleta de tons e nem todos são cinzas. Assim, os trabalhos científicos e os trabalhos desenvolvidos pelos movimentos sociais, como o MABE ou o Momtra, junto com comunidades quilombolas de Alcântara, são imprescindíveis, porque ajudam na informação da população local e na obtenção de instrumentos para a resistência em seus territórios.

O que se pode afirmar é que, nesse cenário, há um litígio por um interesse comum: a terra e que as disputas acabam pela vitória de uma das partes envolvidas na luta ou pela entrega consensual do objeto pleiteado. Nesse caso, percebe-se que tanto o Estado brasileiro quanto as famílias da comunidade Vista Alegre entendem que desistir significa perder excessivamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Travessia*, São Paulo, n. 25, p. 30-35, maio/ago. 1996.

ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília, DF: MMA, 2006. v. 1.

ANDRADE, M. P. Resistência Camponesa e dinâmicas de mediação em Alcântara – reflexões sobre a disputa territorial entre quilombolas e o Estado Brasileiro. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 6., 2014, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: [s.n.], 2014. p. 1-15.

ANDRADE, M. P.; SOUZA FILHO, B.; COELHO, L. O. S. **Informação técnica:** impactos das ações indicadas pela CCAF para a reprodução material e social dos quilombolas de Alcântara e a manutenção da sua identidade étnica. Análise das informações da Nota 119/2011/CCAF/AGU, relativas à alteração do perímetro do território quilombola de Alcântara. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013. Mimeografado. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/info_tecn_mpf_2_-_corredores.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (org.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-69.

BRASIL. **Decreto nº 241, de 8 de agosto de 1991**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e respectivas benfeitorias necessárias à implantação, pelo Ministério da Aeronáutica, do Centro de Lançamento de Alcântara, em Alcântara, no Maranhão. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1991/Dnn241.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983**. Cria o Centro de Lançamento de Alcântara e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1983]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88136-1-marco-1983-438606-norma-pe.html>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 11, de 26 de março de 2020**. Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300>. Acesso em 27/02/2021.

BRASIL. Acordo com os EUA veta uso militar da Base de Alcântara, esclarece ministro. **Senado Federal**, Brasília, DF, 28 mar. 2019a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/28/acordo-com-os-eua-veta-uso-militar-da-base-de-alcantara-esclarece-ministro>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Comissão irá elaborar Programa de Desenvolvimento Integrado do Centro Espacial de Alcântara. **Secretaria Geral**, Brasília, DF, 19 fev. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2020/agosto/comissao-ira-elaborar-programa-de-desenvolvimento-integrado-do-centro-espacial-de-alcantara>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Conhecendo o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas: Brasil e Estados Unidos**. Brasília, DF: MTIC, 2019b. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/11/Entenda-o-AST.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FAB. Centro de Lançamento de Alcântara – Operações. **Força Aérea Brasileira**, Brasília, DF, 12 mar. 2014. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/cla/index.php/vantagens2>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FCP. Certificação Quilombola, processo nº 01420.001033/2004-21. **Fundação Cultural Palmares**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ma-05022021.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

FRÓES, R. Quilombolas de Alcântara são ouvidos em julgamento contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos: 'Ganhamos títulos de miseráveis'. **G1 Maranhão**, São Luís, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/04/26/quilombolas-de-alcantara-sao-ouvidos-em-julgamento-contra-o-brasil-na-corte-interamericana-de-direitos-humanos-ganhamos-titulos-de-miseraveis.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2023.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE. Cidades: Alcântara. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>. Acesso em: 13 maio 2023.

INCRA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), processo 54.230.002401/2006-13. Diário Oficial da União (DOU), seção 3, folhas 110, 4 de novembro de 2008a.

INCRA. Memorial Descritivo, processo 54.230.002401/2006-13. Diário Oficial da União (DOU), seção 3, folhas 127, 05 de novembro de 2008b.

IPHAN. História - Alcântara (MA). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1437/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

- LANDER, E. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- LOPES, D. C. S. **A atemporalidade do colonialismo**: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a Base Espacial. São Luís: UEMA/PPGCSPA/ PNCSA, 2020.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém; École Doctorale Vivant et Sociétés, Paris, 2007.
- MARANHÃO. **Decreto nº 7.820, de 12 de setembro de 1980**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, [1980]. Disponível em <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2543>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- ONU. Fome cresceu mais de 20% no mundo e atinge 193 milhões de pessoas. **Organização das Nações Unidas**, Genebra, 4 maio 2022. Ajuda humanitária. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/05/1788102>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- ROBINSON, W. I. Global capitalist crisis and twenty-first century fascism: beyond the Trump hype. **Science & Society**, [s. l.], Vol. 83, No. 2, p. 481-509, Apr. 2019.
- ROCHA, A. T. F. **A festa inacabada**: implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição de sujeitos liminares. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.
- SOUZA FILHO, B. **Os novos capitães do mato**. São Luís: EDUFMA, 2013.